

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA NÚMERO 2/23 DO EXECUTIVO**REALIZADA NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2023**

----- Aos vinte e dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, realizou-se uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a presidência de JORGE HENRIQUE FERNANDES DE ALMEIDA, e com a presença dos Srs. Vereadores EDSON CARLOS VIEGAS SANTOS, MARLENE DOMINGUES GAIO, VASCO MIGUEL RODRIGUES OLIVEIRA, DANIELA ALEXANDRA PEREIRA HERCULANO, LUÍS HERCULANO HENRIQUES PINHO e ANTERO RICARDO DOS SANTOS ALMEIDA. -----

----- Esteve presente para a secretariar, MARIA DE LURDES DUARTE DA FONSECA. -----

----- Eram quinze horas quando o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **PLANO DIRETOR MUNICIPAL** -----

----- PROPOSTA 412/23 - 2ª ALTERAÇÃO À 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE ÁGUEDA E RESPETIVO RELATÓRIO AMBIENTAL -----

----- Ouvidas as explicações dadas pelo Sr. Presidente e analisada a proposta que foi presente, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Antero Almeida, aprovar e submeter a versão final da 2ª Alteração à 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal e respetivo Relatório Ambiental à apreciação da Assembleia Municipal, conforme previsto no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, bem como para os efeitos previstos na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do mesmo diploma - a sua publicação em Diário da República.

----- **RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO** -----

----- PROPOSTA 413/23 - RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO, PROPOSTA DE VENDA DE TERRENOS E MEMORANDO DE ENTENDIMENTO – CITIC DICASTAL. -----

----- Analisado todo o processo, nomeadamente a proposta que foi presente e ouvidas as explicações que foram presentes, a Câmara deliberou, por unanimidade, com base nas alíneas ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e i) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar e submeter a deliberação da Assembleia Municipal, o seguinte: -----

----- 1) o reconhecimento de Interesse Público da iniciativa, de acordo com o previsto no artigo 17.º do PDM e artigo 8.º do PP PEC – Águeda; -----

----- 2) que, reconhecido o Interesse Público, aprove: -----

----- a) o Memorando de Entendimento constante do anexo III à presente proposta; -----

----- b) o valor de venda do terreno de 10,00€/m², conforme relatório constante do anexo IV, para as áreas delimitadas na presente proposta; -----

----- c) a cedência gratuita de um espaço na Incubadora de Empresas de Águeda de forma a viabilizar a instalação do investimento em Águeda, com base no n.º 8 do artigo 5.º/D4 do Código Regulamentar do Município de Águeda. -----

----- Durante a análise do processo todos os Srs. Vereadores saudaram o investimento previsto, tendo o Sr. Presidente prestado todos os esclarecimentos às questões colocadas pelos Srs. Vereadores. -----

----- **PESSOAL** -----

----- PROPOSTA 414/23 - RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 240/2023, APROVADA EM REUNIÃO DE CÂMARA MUNICIPAL DE 22 JUNHO DE 2023 E NA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE JUNHO E 3 DE JULHO DE 2023 -----

----- Considerado o descrito na proposta que foi presente e nos precisos termos da mesma e do disposto no artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara deliberou por maioria com as abstenções dos Srs. Vereadores Daniela Herculano e Luís Pinho, aprovar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal a retificação da proposta n.º 240/2023 aprovada em reunião de Câmara de 22 de junho e na 3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de junho e 3 de julho do presente ano, definindo-se que os candidatos ao cargo de direção intermédia de 1.º grau – Departamento de Coesão Territorial, Habitação e Desenvolvimento Local devam ser titulares de licenciatura. -----

----- PROPOSTA 415/23 - ALTERAÇÃO DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE ÁGUEDA -----

----- Seguidamente, a Câmara deliberou, nos termos da alínea a) do artigo 7.º e dos números 3 e 4 do artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar e submeter a apreciação e votação da Assembleia Municipal, o seguinte: -----

----- A. Alteração da Estrutura e Organização dos Serviços do Município de Águeda, nos termos do Anexo I que se junta à presente proposta, ao abrigo do disposto na alínea m) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, designadamente: -----

----- i. Criação de três novas unidades orgânicas, com a inerente afetação das competências supramencionadas: -----

- a. Gabinete de Gestão dos Serviços de Saúde (unidade orgânica de 4.º grau); -----

- b. Gabinete de Candidaturas e Financiamento; -----

- c. Núcleo de Mobilidade Urbana (unidade orgânica de 5.º grau). -----

----- ii. Alteração da designação da Divisão de Educação, Juventude, Ação Social e Saúde para a Divisão de Educação, Juventude e Ação Social (DV-EJAS). -----

----- B. A definição do número máximo de unidades orgânicas flexíveis, em conformidade com o disposto na alínea c) do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, passando a estrutura orgânica flexível a ser composta, por 11 unidades orgânicas flexíveis de 2.º grau, 3 unidades orgânicas flexíveis de 3.º grau, 9 unidades orgânicas flexíveis de 4.º grau, e 13 unidades orgânicas flexíveis de 5.º grau; -----

----- C. A definição dos requisitos de recrutamento dos Dirigentes, sendo que as áreas das licenciaturas consideradas adequadas a cada uma das direções intermédias das unidades orgânicas são definidas na proposta de abertura de procedimento concursal a submeter pelo Presidente da Câmara, a aprovação do Órgão Executivo Municipal: -----

----- i. Os titulares dos cargos de direção intermédia de 5.º grau são recrutados, com precedência de procedimento concursal, nos termos da lei, de entre trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo que reúnam, cumulativamente: -----

- Licenciatura adequada ou nível de habilitação não inferior ao 12.º ano de escolaridade; -----

- Um ano de experiência profissional; -----

- Formação adequada ao exercício de funções no cargo a prover. -----

----- D. Posicionamento remuneratório, conforme previsto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, sem direito a despesas de remuneração: -----

----- i. A remuneração dos dirigentes intermédios de 5.º Grau é equivalente à prevista para a 4.ª posição remuneratória da carreira de Técnico Superior; -----

----- E. Republicação, em Diário da República, da Estrutura e Organização dos Serviços Municipais de Águeda, nos termos do artigo 6.º, da alínea a) do artigo 7.º, e dos nº 3 e 4 do artigo 10.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação. -----

----- Esta deliberação foi tomada por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Daniela Herculano e Luís Pinho. -----

----- **JUNTAS DE FREGUESIA** -----

----- PROPOSTA 411/23 - CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÁGUEDA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE TRAVASSÔ E ÓIS DA RIBEIRA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO EXTRAORDINÁRIO PARA REQUALIFICAÇÃO DO EDIFÍCIO DA JUNTA DE FREGUESIA E UNIDADE DE SAÚDE -----

----- Considerando o referido na proposta que foi presente, a Câmara deliberou, nos termos previstos nas alíneas o), u), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de

setembro, aprovar, e submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º e nas alíneas o), t) e ccc), do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a aprovação da proposta de celebração do Protocolo de Colaboração entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, para atribuição do apoio financeiro extraordinário, no valor de € 43.647,62 para liquidação da execução da obra da Requalificação do Edifício da Junta e da Unidade de Saúde de Travassô, com o apoio financeiro do Município de Águeda, nos termos da minuta que foi presente e se encontra arquivada na Aplicação informática junto à Agenda desta reunião.-----

----- Esta deliberação foi tomada por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Daniela Herculano e do Sr. Vereador Luís Pinho. -----

----- **GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL** -----

----- PROPOSTA 416/23 - GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO, E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2024 -----

----- Iniciando a análise das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 em apreço, o Sr. Vereador Edson Santos fez a apresentação do mesmo, realçando a execução de algumas obras que se consideram da maior importância fazendo alusão ao montante que se prevê investir, de receitas próprias e de comparticipações relativas a candidaturas aprovadas, referindo que, na sua opinião, é um orçamento equilibrado, rondando uma previsão de investimento da ordem dos 81 milhões de euros. -----

----- A seguir, usou da palavra o Sr. Vereador Luís Pinho para dizer que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 é um documento muito extenso, com muitas siglas e que foi pouco o tempo que tiveram para o analisar. -----

----- A seguir, o Sr. Vereador Luís Pinho comentou algumas verbas contidas naquele documento, referindo que embora saiba que se tratam de meras intenções, lamenta não ver lá inscrita uma verba mais avultada à rubrica da estratégia local de habitação, às obras de requalificação da Escola Secundária Adolfo Portela, à Estratégia Municipal de Saúde, à construção de uma nova Piscina Municipal. -----

----- Sobre as questões colocadas pelo Sr. Vereador Luís Pinho, o Sr. Vereador Edson Santos informou que a verba que está prevista para habitação nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 é destinada à recuperação das habitações sociais de Vale Domingos. ----

----- O Sr. Presidente informou que o Eixo Rodoviário Águeda Aveiro tem todas as condições para avançar rapidamente, estando já pronto o cadastro total dos prédios a expropriar e já se encontrarem identificados cerca de 40% dos respetivos proprietários prevendo-se que exista já despesa no próximo ano. -----

----- Voltando a intervir, o Sr. Vereador Luís Pinho comentou o grande aumento da despesa com a recolha e transporte dos Resíduos Sólidos Urbanos e solicitou que no “chapéu” das grandes obras previstas nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, não se esqueçam as pequenas que são tão úteis aos munícipes como as outras. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente referiu que o novo Mercado Municipal se encontra em construção e será uma obra muito grande e útil para os nossos produtores agrícolas, não se trata de uma obra normal, vai ser uma obra emblemática. -----

----- Acrescentou o Sr. Presidente que a Câmara não perde a oportunidade de fazer aquilo que é preciso fazer e que é isso que tem feito. -----

----- O Sr. Vereador Antero Almeida, que interveio a seguir, disse que é difícil e ingrato a situação de Vereador de Oposição quando se trata da análise deste género de assuntos. Acrescentou este Sr. Vereador que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 são intenções de realizações e as que estão em análise são a continuação das anteriores e que não é difícil de acompanhar. -----

----- Disse, também, este Sr. Vereador que o desenvolvimento político dos últimos anos tem sido bastante difícil, não obstante algumas obras que se têm vindo a fazer, mas que uma das situações que espera que seja resolvido é o problema de trânsito caótico que se verifica na cidade; defende este Sr. Vereador, dentro daquilo que diz que tem sido a posição que tem assumido, que trocava todos os prémios que a Câmara tem recebido para que não fosse tão lento circular em Águeda. -----

----- Prosseguindo a sua intervenção, o Sr. Vereador Antero Almeida disse que o património público é escasso e dividir os recursos com outros projetos nunca teremos as obras que os munícipes anseiam e com qualidade, tendo referido, a propósito algumas queixas que ouviu acerca do funcionamento da Piscina Municipal. -----

----- O Sr. Vereador Edson Santos, acerca das críticas que se têm feito à Piscina Municipal, disse que uma casa velha e suja é diferente de uma casa velha e limpa, e que não vale a pena fazer obras naquele edifício, acrescentando ainda que o que se presente é uma piscina nova. Até lá, reforça o Sr. Vereador Edson Santos, tem que se manter a que está, cuidar e até reforçar a limpeza. -----

----- Ainda sobre a nova Piscina Municipal, o Sr. Vereador Edson Santos informou que se pretende que a mesma seja construída no centro da cidade para bem servir todos os munícipes e que a dificuldade que está a atrasar o processo não é falta de dinheiro, é encontrar o terreno apropriado para o efeito, porque se pretende que Águeda continue a ser o melhor concelho para viver. -----

----- Quanto às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, este Sr. Vereador disse que se reforçaram algumas rubricas relativas a obras em construção e a ações que se pretendem levar a efeito perfazendo aquele documento um total de 81 milhões de euros, sendo o maior alguma vez proposto, e que irá manter Águeda na linha da frente. -----

----- A Sr.ª Vereadora Daniela Herculano, que interveio a seguir, criticou o texto de apresentação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, que disse ter sido elaborado em formato que não lhe permitiu, sequer, efetuar pesquisa de palavra, o que a levou a recorrer à inteligência artificial para poder analisar o documento pelo que apela para que, de futuro, haja um maior cuidado na elaboração desses textos. -----

----- Sobre esse mesmo texto a Sr.ª Vereadora Daniela Herculano disse que é muito extenso, que poderia ser reduzido a 3 ou 4 páginas e fez algumas sugestões sobre como o documento deveria ser apresentado. -----

----- A seguir, a Sr.ª Vereadora fez a apreciação de algumas rubricas constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, elogiando umas e criticando outras, detendo-se, especialmente, nas zonas industriais de Macinhata do Vouga e Valongo do Vouga, que disse não ter visto refletido nos documentos em apreço o investimento que o Sr. Presidente tem vindo a anunciar para aqueles dois polos industriais. -----

----- Esta mesma Sr.ª Vereadora colocou também algumas questões sobre o Centro Tecnológico Especializado na Escola Secundária Marques Castilho e sobre as verbas destinadas ao Turismo. -----

----- Colocada a proposta apresentada a votação, a verificou-se que a Câmara deliberou, aprovar e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024, que incluem o Plano de Atividades Municipais, o Plano Plurianual de Investimento e o Orçamento das Receitas e Despesas, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipais, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 4 do artigo 28.º e n.º 4 do artigo 29.º do Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas. -----

----- Esta deliberação foi tomada por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador Antero Almeida e os votos contra dos Srs. Vereadores Daniela Herculano e Luís Pinho, que apresentaram a Declaração de Voto de Vencidos que seguir se transcreve: -----

----- “Nos termos do n.º 1 do art.º 58º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os vereadores do Partido Socialista, Luís Pinho e Daniela Herculano, apresentam a seguinte

declaração de voto de vencido, referente à Proposta n.º 416/2023 - Grandes Opções do Plano e Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2024: -----

----- A nossa postura enquanto membros deste Executivo Municipal, é e sempre foi, de cooperação, abertura, diálogo, respeito e defesa dos superiores interesses dos aguedenses, cumprindo com as competências que nos são atribuídas por lei. Contudo, não nos esquecemos que somos representantes da maior força política de oposição. -----

----- E aqui reside a nossa primeira crítica, o respeito pela oposição e o diálogo sobre o que são as grandes opções para o concelho de Águeda. Os membros deste executivo receberam 1h depois de terminar a reunião do Estatuto do Direito da Oposição com os representantes do PS Águeda esta proposta, o que significa que nenhuma das suas propostas foi tida em consideração para a elaboração do documento e tiveram 5 dias para estudar um documento, que veio no formato que nem sequer permite efetuar pesquisas de palavras. -----

----- Com este assunto, integram a ordem de trabalhos da reunião de executivo, outros documentos densos e complexos, como o PDM e um investimento no PEC Águeda, que exigem estudo e tempo. -----

----- Como oposição apresentou o seu programa eleitoral defendeu um modelo de gestão de excelência, aberta e de cariz empresarial da autarquia, que seria concretizado com orçamentos e planos realistas. -----

----- E aqui reside a nossa segunda crítica. Um documento com propostas e metas irrealistas e por isso “populista”. -----

----- A terceira crítica, centra-se no texto introdutório. Confunde-se um trabalho académico, com o ‘copy’ e ‘past’ de documentos como a LOE 2024, o parecer da ANMP sobre a LOE, as reflexões do Congresso da ANMP, relatório de Sustentabilidade e outros documentos estratégicos, mas falta a visão, o compromisso político e a apropriação pela organização do que são as linhas estratégicas que elencam. -----

----- O que se esperava encontrar neste plano, era uma visão política audaz, uma estratégia que reflita o olhar perspicaz e as metas claras para o desenvolvimento integral do concelho de Águeda, feita por políticos com tantos anos de experiência. -----

----- Constatamos que este executivo ainda vive à sombra daquilo que foi governação socialista nesta câmara. Mas também muito do que se propõe fazer resulta do facto de Portugal ter tido nos últimos anos um Governo Socialista que soube aproveitar os Fundos Comunitários e canalizá-los para as autarquias locais. -----

----- Entendemos que o Mundo hoje recupera de uma pandemia, de uma guerra às portas da Europa e uma guerra no médio oriente. Isto exige uma governação centrada nos problemas das pessoas e na antecipação de outras dinâmicas sociais. -----

----- Não conhecemos o Diagnóstico Social, o Plano Social, a Carta Educativa, o Plano Estratégico Municipal de Educação, o Plano de Mobilidade, o Plano de Igualdade, o Plano Estratégico de Juventude em dois anos de mandato. -----

----- E aqui reside a nossa quarta crítica, a área social. Da parte das GOP verificamos uma diminuição no investimento das rubricas sociais. Projetos como “Projeto de Saúde Mental” e Gabinete de Apoio ao Agricultor desapareceram neste documento. -----

----- Um concelho que se confronta com o problema do envelhecimento demográfico e continua a não ter uma política de natalidade. O Partido Socialista continuará a defender que aposta direta ao Comércio Local devia ser feita de forma integrada com uma política de natalidade, com impactos diretos nas famílias e no comércio. -----

----- Se no primeiro e segundo ano de mandato as nossas preocupações passaram essencialmente pela educação, saúde, habitação, atracção e fixação de população, mobilidade concelhia e interfreguesias, crise energética, o aumento da inflação, a integração da população imigrante e consequências diretas na vida dos aguedenses, o documento das GOP 2024 não espelha estas políticas na forma que entendemos que deveriam estar a ser conduzidas: -----

----- A concretização da Estratégia Local de Habitação tem uma dotação total 639.084,35€, o que não corresponde ao planeamento da Estratégia que foi aprovado neste executivo, e nem sequer reflete o protocolo celebrado recentemente com o IHRU que apontava para o ano 2024 um investimento de € 8.063.920,54. -----

----- A Estratégia Municipal de Saúde, documento este aprovado por unanimidade em reunião de executivo sob proposta do PS, e que é essencial para definir a visão para o futuro da Saúde no concelho, continua a não ter eco nas Grandes Opções do Orçamento e Plano. Lamentamos, que um executivo liderado por um profissional de saúde não consiga implementar uma política completamente disruptiva e que seja um exemplo para todos os outros Municípios deste país. Estamos certos que não é por falta de competência e de dinheiro. Os vereadores do PS assumiram neste órgão que a Saúde seria um assunto que devia unir todas as forças políticas e mantemos esse compromisso político. -----

----- No âmbito de uma política de promoção do desporto, saúde e bem-estar não estão inscritas as obras da Piscina Municipal; -----

----- Os projetos relacionados com a imigração não estão nas GOP (e já estavam inscritos em 2023); -----

----- As obras de Requalificação da ESAP – Escola Secundária Adolfo Portela não está prevista;

----- Não aparecem nenhum investimento nas áreas empresariais para além do PEC Águeda. -

----- Os grandes investimentos deste executivo municipal são o Mercado Municipal (7,1M€, o qual acresce as verbas executadas nos anos anteriores) e a Ligação Águeda-Aveiro (20M€). -----

----- Obviamente, que somos a favor de algumas das opções deste orçamento, pelos impactos diretos que têm nas pessoas e nas empresas, nomeadamente a manutenção do pacote de fiscalidade nos mínimos permitidos por lei, a estratégia de captação de Fundos Comunitários para alavancar importantes obras para o nosso concelho e que obrigam à respetiva cabimentação – Ligação Águeda-Aveiro, Áreas de Acolhimento Empresarial, *etc* – a delegação de competências nas Juntas de Freguesias, entre outros. -----

----- Saudamos o reforço da rubrica da CPCJ que este ano tem uma inscrição de € 4.200, ou seja, um aumento de € 1.950. Mas achamos que é manifestamente pouco. -----

----- Tal como foi a nossa posição a 16 de dezembro de 2021 e 30 de novembro de 2022, a globalidade do documento reflete uma forma de governar que contestámos nas últimas eleições autárquicas, porque acreditamos que as pessoas, as famílias, as empresas, as associações precisam de muito mais. -----

----- Infelizmente, constatamos que, até o momento presente, Águeda permanece cristalizada numa forma de fazer. -----

----- A proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2024 carecem do fôlego, originalidade e da determinação necessários para impulsionar o nosso concelho a um futuro próspero e mais sustentável, do ponto de vista social, económico e ambiental, que extravasem esta retórica”. -----

----- Ouvida esta Declaração de Voto, o Sr. Presidente disse que a Inteligência Artificial tem destes problemas em que é necessário, no fim, ler o que escreveram por nós. Que começou bem, mas extrapolou uma série de assuntos, tendo o cuidado de a declaração de voto referir que o Grupo Municipal concordou com a maior parte. Neste caso concreto, referiu o Sr. Presidente que se resumia em “olha para o que eu digo e não olhem para o que eu ajudei a fazer”. -----

----- Acrescentou o Sr. Presidente que a reunião levada a efeitos nos termos do Direito de Oposição foi adiada, por duas vezes, a pedido dos elementos do Grupo Municipal do PS, e que, só numa postura colaborante, é que aceitou fazê-la no mesmo dia em que deveriam ser remetidas as propostas para apreciação na reunião do Executivo. -----

----- Eram dezassete horas quando o Sr. Presidente declarou a reunião encerrada, da qual para constar se lavrou a presente ata que eu, Maria de Lurdes Duarte da Fonseca, redigi e subscrevo juntamente com o Sr. Presidente, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----


